

SALVAGUARDA E DIVULGAÇÃO DE PATRIMÔNIO DOCUMENTAL: ENTREVISTA COM O PROFESSOR E PESQUISADOR RENATO PINTO VENÂNCIO

SAFEGUARDING AND DISCLOSURE OF DOCUMENTARY HERITAGE: INTERVIEW WITH PROFESSOR AND RESEARCHER RENATO PINTO VENÂNCIO

Por Estevão de Melo Marcondes LUZ*

Pós-doutor pela *Universidade de São Paulo* (2005) e doutor em História pela *Universidade de Paris IV – Sorbonne* (1993), onde defendeu a tese intitulada “Casa da Roda: institution d’ assistance infantile au Brésil, XVIII-XIX siècles”, sob orientação dos professores Jean-Pierre Bardet e Kátia Mattoso, Renato Pinto Venâncio é atualmente Professor Associado III do Curso de Arquivologia na Escola de Ciência da Informação-*Universidade Federal de Minas Gerais*. É também pesquisador do CNPq e possui larga experiência junto a arquivos históricos. Em sua tese, dedicou-se ao estudo da infância no Brasil colonial e imperial, pesquisando a situação dos órfãos e expostos naqueles períodos, temas em relação aos quais publicou livros e artigos que se tornaram referências para outros pesquisadores que se debruçam sobre o tema.

Nosso entrevistado também foi Superintendente do *Arquivo Público Mineiro* e Editor da *Revista do Arquivo Público Mineiro* (publicada desde o ano de 1896), assim como foi Consultor Científico da UNESCO no *Comitê Nacional Memória do Mundo* e membro da Seção Brasileira da *Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental* (COLUSO-Conarq/Arquivo Nacional). Coordenou, ainda, a implantação do *Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro* (SIA-APM), que disponibiliza atualmente o acesso a diferentes fundos pertencentes ao acervo dessa instituição, como veremos a seguir na entrevista.

* Mestre em História – Doutorando em História – Programa de Pós-Graduação em História – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus Franca. Franca, SP - Brasil. Bolsista CAPES. E-mail: estevaoluz@ymail.com.

Estevão de Melo Marcondes Luz (EMML): Professor Renato Venâncio, gostaria que o senhor falasse um pouco sobre sua atuação e experiência como superintendente de um dos principais arquivos públicos do país, o *Arquivo Público Mineiro* (APM).

Renato Pinto Venâncio (RPV): Em 2005, fui convidado pela Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais para ser superintendente do Arquivo Público Mineiro-APM. Para mim esse convite consistiu em um enorme desafio. É também importante lembrar que, entre 2000 e 2002, fui coordenador do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana. Em outras palavras, em 2005 tinha alguma experiência, mas nada que se comparasse a dirigir uma instituição do porte e da importância do Arquivo Público Mineiro. Ocupei o cargo de Superintendente até o início de 2009. Foram anos de muita aprendizagem. Como é sabido, esta instituição é constituída por quatro diretorias: de conservação, de gestão documental, de arquivos permanentes e de acesso. Em cada uma delas são desenvolvidos trabalhos bastante especializados. Portanto, pude apreender como funciona globalmente uma instituição arquivística.

EMML: Em termos gerais, no que consiste o trabalho dessas diretorias?

RPV: A Diretoria de Conservação é, por assim dizer, a “porta de entrada” do arquivo. Todos os acervos que são recolhidos devem ficar em quarentena, para saber se eles estão infestados. Trata-se de defender a documentação já tratada de insetos e de outros problemas. O diretor de conservação tem, quanto a isso, um enorme desafio. O conjunto dos fundos e coleções do APM totalizam cerca de 2.000 metros lineares. Não é muito, mas trata-se de um acervo único e extremamente valioso. Então é necessário planejar e acompanhar as condições dos depósitos, sua climatização e sua segurança. Portanto, há o trabalho de conservação preventiva, pois a restauração é utilizada somente em situações extremas e pontuais. Essa diretoria também coordena a reformatação dos acervos. Há cerca de 40 anos, o APM desenvolve trabalho de microfilmagem. A partir de 2000 a instituição se envolveu cada vez mais com a digitalização para preservação e acesso. Então, são novos acervos que vão sendo gerados (microfílmico e digital), com novos desafios de preservação. A Diretoria de Gestão Documental dialoga com a administração dos órgãos do poder executivo estadual. Para isso, ela desenvolve dois instrumentos básicos: o plano de classificação e a tabela de temporalidade e destinação. Trata-se de uma dimensão contemporânea dos arquivos públicos: racionalizar a produção e promover a avaliação dos documentos produzidos na esfera pública. Essa diretoria também lida com

grandes desafios, sendo talvez o principal deles a não compreensão das autoridades frente ao que consiste um arquivo público no mundo contemporâneo. O Brasil, em relação a isso, é muitíssimo atrasado. Uma das poucas exceções é o Estado de São Paulo, cujo arquivo estadual desenvolve um extraordinário trabalho de gestão documental. Em termos sucintos, os referidos instrumentos classificam os documentos, preservando sua organicidade, e também definindo sua temporalidade e destinação. Em outras palavras, define quanto tempo os documentos permanecerão na administração corrente, quanto tempo serão conservados por regularem diretos e quais séries documentais serão eliminadas ou serão de guarda permanente, sendo por isso recolhidas ao arquivo público. Infelizmente, poucos gestores percebem a importância disso e, nos órgãos administrativos, os documentos são acumulados de forma aleatória, dando origem a grandes massas guardadas em depósitos improvisados. Em decorrência disso, a Diretoria de Arquivos Permanentes tem um enorme trabalho de recolher essas massas e reclassifica-las, assim como devem recuperar o máximo possível sua ordem original. Essa diretoria também produz os instrumentos de pesquisa, como guia de fundos, inventários, sumários ou bancos de dados a respeito do acervo. Por último, mas não menos importante, vem a Diretoria de Acesso, que desenvolve o trabalho de coordenação das atividades nas salas de referência e consulta, também promovendo o acesso remoto via o Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro (SIA-APM).

EMML: O desenvolvimento do “Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro” (SIA-APM) possibilitou disponibilizar módulos de acervos, não foi isto? Poderia relatar quais são estes módulos, como foi pensada esta “plataforma” e o caminho de seu desenvolvimento?

RPV: Em 2005, quando assumi a superintendência, havia cinco bancos de dados funcionando paralelamente. Isso revela o quanto o APM havia avançado no campo digital. Esses bancos de dados eram frutos de projetos da Diretoria de Arquivos Permanentes e funcionavam apenas na intranet. Ora, o então diretor Emerson Santana me convenceu de que a manutenção desses vários sistemas era dispendiosa. Então, a ideia inicial do SIA-APM era criar uma plataforma para a intranet e que integrasse os vários módulos existentes. No entanto, entre 2005 e 2006, é difundida no Brasil a WEB 2.0. Isso ocorreu paralelamente ao barateamento dos equipamentos, como no caso dos servidores. Em razão disso, a proposta do SIA-APM transita da intranet para a internet. Também é importante sublinhar que esse projeto foi influenciado pela disponibilização online da

documentação histórica promovida pela Secretaria de Transportes e Obras Públicas-SETOP/MG. Atualmente, o SIA-APM conta com 20 módulos e cerca de 1 milhão de imagens, disponibilizando documentos textuais dos séculos XVIII ao XX, assim como fotografias, mapas, teses médicas, revistas, jornais, etc. Cabe lembrar que essa documentação corresponde a aproximadamente 5,0% do total do acervo existente. Nenhuma instituição arquivística consegue disponibilizar online o conjunto de seus acervos, pois geralmente eles são enormes: um metro linear de documentação corresponde a milhares de páginas. A escolha dos conteúdos dos módulos é orientada pelos registros produzidos pela Diretoria de Acesso. Em outras palavras, os acervos mais consultados é que vão primeiramente para a internet, cabendo aqui destacar dois exemplos: a secretaria de governo da capitania (séculos XVIII e início do XIX) e documentação da polícia política de Minas Gerais (século XX).

EMML: Como surgiu a ideia de levar adiante um projeto tão grande e importante como o “Jornais Mineiros do Século XIX”, que digitalizou e disponibilizou algo em torno de 80 mil páginas de jornais, dentre os quais, alguns dos primeiros periódicos impressos em Minas Gerais?

RPV: Esse projeto mostra o impacto que o SIA-APM teve. Ele foi resultado de uma parceria com a Superintendência Estadual de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais, que desde 1996 tem a guarda física deste acervo. São dezenas de milhares de páginas de periódicos mineiros que existiram entre 1825 e 1899. Nesse projeto também foi fundamental o apoio da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SECTES/MG. Esse tipo de projeto tem um efeito extremamente positivo, pois diminui em muito os custos das pesquisas, viabilizando inclusive vários programas de pós-graduação em História, Sociologia, Economia, etc., implantados em cidades que não contam com arquivos públicos. Nesse sentido, cabe sublinhar que a média histórica de usuários no APM é de 4.000-5.000/ano, enquanto o número de usuários virtuais é atualmente de 300.000/ano.

EMML: O senhor participou de comitês internacionais que tiveram importante papel na discussão relativa à preservação de acervos e memórias de povos e culturas do mundo todo, como o *Comitê Nacional Memória do Mundo* (UNESCO) e a *Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental* (COLUSO-Conarq/Arquivo Nacional). Quais pontos destacaria nesta sua

participação? E, em sua opinião, qual a posição e/ou papel que o Brasil ocupa hoje frente a estes comitês no cenário mundial?

RPV: Sim, foi uma experiência muito importante para mim. Cabe destacar que a COLUSO foi a comissão responsável pelo projeto Resgate, que disponibilizou a documentação do Conselho Ultramarino na forma digital. Embora não tenha participado diretamente desse projeto, tive oportunidade de conhecer os que dele participaram. O projeto Memória do Mundo foi uma ocasião para entender a patrimonialização de acervos brasileiros, através de discussões que ocorreram no Arquivo Nacional. O comitê definia os acervos considerados patrimônio da humanidade em nível nacional.

EMML: Atualmente o senhor está coordenando uma comissão que busca estudar, discutir e definir algumas políticas e procedimentos para a implantação do “Sistema de Arquivos Institucionais da UFMG”. Quais são as preocupações que orientam esta Comissão de Estudos que lida diretamente com documentos institucionais?

RPV: Essa comissão surgiu em 2012, mas a partir de 2013 passou a se constituir como Diretoria de Arquivos Institucionais-DIARQ/UFMG. Essa iniciativa tenta corrigir o atraso da UFMG em termos de política e sistema de arquivos institucionais. Tal sistema há muito existe no Brasil. Cabe, nesse sentido, citar o SIARQ, da Unicamp, existente desde 1991, ou então o SAUSP, da USP, existente desde 1997. O primeiro desafio da comissão foi o de convencer os dirigentes universitários de que os arquivos institucionais são híbridos: eles nascem com fins administrativos (no sentido amplo do termo), como expressão das atividades-meio (contabilidade, recursos humanos, comunicação, etc.) e das atividades-fim da universidade (ensino, pesquisa e extensão); os arquivos também são culturais, principalmente quando pensamos na documentação de guarda permanente, destinada à pesquisa. Os dirigentes da UFMG tem sido sensíveis em compreender essa dupla dimensão dos arquivos. Então, temos esperança de implantar a gestão documental em relação à documentação que está sendo produzida, ao mesmo tempo em que procuramos criar estruturas físicas para abrigar o acervo histórico.

EMML: Professor Renato Venâncio, por fim, qual a importância destes projetos de preservação e digitalização de acervos para as futuras gerações de historiadores e demais pesquisadores? E como o senhor vê a atuação dos historiadores que hoje em dia podem acessar suas fontes de pesquisa a partir de qualquer lugar através da

internet? O distanciamento físico em relação aos arquivos faria com que perdêssemos um pouco daquele “algo mais” proporcionado pelo ambiente dos arquivos, pelo contato direto com as fontes e com outros pesquisadores?

RPV: Sou a favor da digitalização e do uso da internet para disseminação da informação. Isso representa, conforme mencionei, uma extraordinária democratização em termos de acesso. No entanto, dois riscos devem ser sublinhados: os arquivos públicos tem disponibilizado online entre 1 e 10% dos seus respectivos acervos, mas acredito que a maioria dos pesquisadores não percebe isso. Então, há o risco do empobrecimento em termos de exploração de outras fontes documentais. Atualmente, as cidades estão intransitáveis. Então, a tendência é a de que o pesquisador, mesmo residindo próximo à instituição arquivística, prefira a consulta online. A redução da pesquisa a apenas certas fontes pode comprometer a qualidade dos resultados. Outro problema sério é que as agências de financiamento patrocinam o desenvolvimento dos sistemas e dos bancos de dados, mas não há linhas de financiamento em relação à manutenção. Vários projetos de digitalização em universidade têm repercutido essa situação negativa. São investidos centenas de milhares de reais e depois os portais desaparecem ou funcionam precariamente.

Entrevista realizada em outubro de 2014.